

O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS, A EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Monica Maria Tourinho Oldiges – Unochapecó

Mauricio Roberto da Silva – Unochapecó – mauransilva@gmail.com

Resumo

O presente texto consiste em uma reflexão que foi (está) sendo produzida ao longo da revisão teórica orientada para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado, o qual trata sobre as práticas educativas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Desta forma, este recorte tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre as práticas educativas presentes nos movimentos sociais e uma reflexão sobre educação no campo, a partir de estudos que tratam deste locus de interesse.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Práticas educativas; Educação no campo; Movimento das Mulheres Camponesas.

Sobre a gênese do Movimento das Mulheres Camponesas

Entre as décadas de 1970 e 1980, o Oeste de Santa Catarina passou por um processo de modernização e industrialização, e isso fez com que acontecessem mudanças no modelo agrícola do Estado. Este fato influenciou diretamente a vida dos pequenos agricultores familiares no que se refere a questões econômicas, sociais e políticas na região. Segundo Poli (1999, p.64): “A chegada da modernização agrícola e o início da crise da economia camponesa tradicional na região foram sentidos por dois fatores principais. O endividamento junto ao setor bancário e a crise da suinocultura”, estes fatos transformaram a vida dos camponeses, os colocando em uma situação diferente e difícil.

Como forma de lutar para a melhoria da situação, os camponeses começaram a se mobilizar. Conforme Poli (1999), na mesma época havia um trabalho das pastorais, desenvolvido especialmente por setores da igreja católica, para estimular a visão crítica da população rural sobre sua situação, e este foi um fato que estimulou a organização dos camponeses. Esta visão crítica sobre a realidade ganhou mais força com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs¹) que segundo Informativo do MMC/SC (2008), foram estruturadas sob a influência da Teologia da Libertação², então, através de lideranças

¹ “As comunidades Eclesiais de Base, CEBs, começaram o seu trabalho nos anos de 1950 esses fortalecendo nos anos de 1960 durante a ditadura militar”. Mas só intensificou seu trabalho no campo, na década de 1970. (POLI, 1999).

² A Teologia da Libertação foi difundida nas décadas de sessenta e setenta, sendo uma vertente teológica dentro da Igreja Católica que pretendia discutir os problemas sociais e dedicar-se aos pobres, criando condições

das Igrejas Católica e Luterana, incentivaram a formação de organizações populares e a construção de sindicatos que defendessem os direitos dos agricultores, sendo que a atuação era baseada na “opção preferencial pelos pobres” e cujas decisões foram fortalecidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). As CEBs trabalhavam no sentido de formar e organizar grupos de reflexão, nos quais os agentes de pastoral faziam reuniões com as famílias.

Neste sentido, em sintonia com o surgimento de vários outros movimentos do campo, no Oeste de Santa Catarina se articulava o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA). Que teve início no dia 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó, em ocasião das comemorações do dia do colono, sendo que as primeiras ações de organização do movimento ocorrem no primeiro semestre de 1983 (POLI, 1999). O Movimento marcou o início de debates sobre questões específicas que envolviam as mulheres agricultoras e suas necessidades, olhando para si, para a sua situação, não apenas aquelas concernentes a terra e as questões agrárias.

Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres que participavam de outros movimentos sociais de outros movimentos sociais. Com o tempo os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas, e através da organização de base e formação de lideranças se tornando cada vez mais um movimento autônomo.

É necessário esclarecer que, em 2004, o MMA/SC e outros movimentos autônomos de mulheres, de diferentes estados, se unificaram, formando o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que hoje é articulado nacionalmente (SALVARO; LAGO, 2008), esta decisão foi tomada em um Curso Nacional que aconteceu em setembro de 2003, foi uma decisão conjunta entre as participantes que representavam quatorze estados.

O pano de fundo das lutas do MMC é a luta contra a dominação, e neste sentido o movimento apresenta sua missão definida nos seguintes termos:

[...] a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza. (Movimento de Mulheres Camponesas, 2004, p. 5)

Conforme Paludo e Daron (2012), os princípios do MMC são os seguintes: “um movimento autônomo, democrático e popular, classista, construtor de novas relações de igualdade; um movimento de luta socialista, para o qual os seres humanos têm o direito de viver com dignidade e igualdade” (p. 485). Neste sentido percebemos que a identidade do movimento se constitui a partir da realidade das mulheres agricultoras, que através de formação constituem sua luta central que é “contra o modelo neoliberal e machista e pela construção do socialismo. Com base nesses princípios, são definidas as seguintes bandeiras: projeto popular de agricultura, ampliação dos direitos sociais, participação política das mulheres na sociedade e projeto popular para o Brasil” (PALUDO; DARON, 2012, p. 485). Assim, podemos destacar que dentro do atual momento histórico brasileiro, a opção do movimento é a luta por um projeto de agricultura camponesa, preservando a ótica feminista, em oposição ao agronegócio.

Práticas Educativas e os Movimentos Sociais: Reflexões teórico- metodológicas sobre Educação do campo

Tendo em vista que o movimento pela educação do campo tem seu início a partir do movimento camponês, esta proposta reúne uma diversidade de movimentos sociais populares de luta pela terra, em particular, pela reforma agrária, incluindo nessa luta a educação do campo. Este movimento de é integrado pelos movimentos que fazem parte da Via Campesina, sendo que a mesma tem origem na Bélgica em 1993 e é um movimento de caráter internacional que coordena organizações agrícolas, trabalhadores/as rurais e comunidades indígenas da Ásia, da África, das Américas e da Europa (CAMINI, 2009). No Brasil fazem parte da Via Campesina o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Neste sentido pode-se perceber a estreita ligação da luta do MMC junto com os demais movimentos para a qualidade e efetivação da educação do campo.

Neste sentido, para iniciar a reflexão sobre educação do campo, é necessário que tenhamos claro que é um conceito novo, “mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes” (CALDART, 2008, p. 45). Portanto, nossa pretensão não é fixar um conceito, mas trazer alguns pontos para a reflexão sobre educação do campo.

Conforme Caldart (2008),

[...] uma primeira compreensão necessária para nós é de que se o conceito de Educação do Campo, como parte da construção de um paradigma teórico e político, não é fixo, fechado, também não pode ser aleatório, arbitrário: qualquer um inventado por alguém, por um grupo, por alguma instituição, por um governo, por um movimento ou organização social. Pelo nosso referencial teórico, o conceito de Educação do Campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere. Essa é a base concreta para discutirmos o que é ou não é a Educação do Campo. (p. 45).

Além disso, é preciso esclarecer que educação rural se diferencia de educação do campo. A “educação rural era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos” (ROSA e CAETANO, 2008, p. 23), ou seja, não atendia as reais necessidades, e não respeitava os saberes dos camponeses.

Já a educação do campo, “pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos” (FERNANDES e MOLINA, 2005, p. 9). Desta forma podemos perceber que a educação do campo é uma educação que atende as especificidades do campo, de maneira mais efetiva, pensando em sua cultura e seu modo de viver que é diferenciado do meio urbano.

No entanto, para que possamos compreender de forma efetiva a educação do campo, faz-se necessário contextualizar de que forma surge este termo. Assim, conforme Caldart (2012),

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como *Educação Básica do Campo* no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada *Educação do Campo* a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (p. 260).

É importante lembrar, que os movimentos sociais sempre estiveram presentes nas discussões sobre educação do campo, especialmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), como nos mostra Caldart (2008)

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (p. 46).

Neste sentido, conforme Caldart (2012),

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra, trabalho e território os que organizam esta luta por educação. Também não é por acaso que se entra no debate sobre política pública. (p. 261).

Desta forma, não há como pensarmos em educação do campo, sem pensar em movimentos sociais, pois nos ideais e utopias dos movimentos percebemos a educação como horizonte dos mesmos. Esta educação que está na pauta das lutas dos movimentos, é uma educação emancipadora dos sujeitos, que ensine a pensar e perceber sua realidade de forma crítica, o possibilita e alimenta o fortalecimento de suas lutas. Portanto, podemos dizer que a Educação do Campo assume o desafio de perceber a educação como processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos, com a construção de identidades e pertencimentos coletivos em vista de mudanças na sociedade.

De acordo com Caldart (2012) “A explicitação do confronto principal em que se move a educação do campo fortalece aos poucos a compreensão de que, embora sejam muitos e diversos os seus sujeitos, é o camponês o sujeito coletivo que hoje identifica, na sua especificidade, o polo da contradição assumida” (p. 263). Podemos dizer então que a educação do campo se identifica pelos seus sujeitos, que vivem relações sociais específicas, e que apesar de tantas diferenças estão unidos pelo fato de serem camponeses.

Com a finalidade de maior entendimento no que se refere à educação do campo como, trago alguns pontos fundamentais para a construção desta concepção definidos por Caldart (2004):

a) A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses. Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa, com agroecologia popular. [...]. b) A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. Pensa a educação dos sujeitos do campo desde o vínculo com a luta pelos direitos das mulheres camponesas, com a luta pela Reforma Agrária e por um projeto camponês de desenvolvimento do campo, com a luta pela democratização do acesso à água; com a luta das crianças pelo seu direito à infância. A Educação do Campo não precisa e nem deve ser um projeto de educação apenas dos camponeses nem apenas de quem participa de lutas sociais; mas este vínculo lhe confere um traço de identidade importante e que não pode ser perdido. c) A

Educação do Campo defende a superação da antinomia rural e urbana e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que a tendência de progresso de uma localidade se mede pela diminuição de sua população rural. Existe toda uma outra matriz de pensamento, [...] que busca construir um outro olhar para esta relação: campo e cidade vistos dentro do princípio da igualdade social e da diversidade cultural. [...] d) A Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país; e reforçando a ideia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida, vida digna. [...]. A Educação do Campo se afirma no combate aos 'pacotes' (tanto agrícolas como educacionais) e na tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implantação de modelos que as ignoram ou escravizam. Também se contrapõe à visão estreita de educação como preparação de mão de obra e a serviço do mercado. (p. 16).

Assim, tomamos a educação do campo “uma prática social que não se compreende em si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem” (CALDART, 2012, p. 265). Desta forma, ela não possui um fim em si mesma, mas tem um olhar reflexivo e crítico sobre toda a sociedade e do papel do campo e do camponês nas relações constituídas dentro da mesma, é este mais uma ponto onde percebemos a relação estreita entre educação do campo e movimentos sociais.

Levando em consideração que dentro dos movimentos sociais se vivenciam aprendizagens e produção de saberes de maneira diferenciada do espaço escolar, podemos dizer que os movimentos sociais “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político social” (GOHN, 2011, p. 333). Este é um dos motivos que se pode perceber a estreita relação entre educação e movimento social, além disso, as ações práticas de movimentos e grupos sociais, que podem ocorrer de duas maneiras, primeiro na interação dos movimentos com as instituições educacionais, e no interior do próprio movimento, pelo caráter educativo de suas ações (GOHN, 2011).

Assim, voltando o olhar para o MMC, em sua trajetória de luta e organização as mulheres camponesas foram construindo uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero. Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele³.

Diante deste contexto de organização, mesmo percebendo a relação íntima do movimento com a educação, faz-se necessário que de alguma forma aconteça um processo de formação dentro do movimento, para que os conhecimentos sejam partilhados, o qual é possibilitado através dos grupos de base, que de acordo com Silva (2009)

Grupo de base é parte essencial de um movimento. É alicerce, sua força e seu exército organizado: quando o povo se torna sujeito e luta, [...]. O Grupo de Base é a porta de entrada que acolhe, escolhe e prepara as pessoas da organização popular. É formado por pessoas que já vestem a camisa do movimento. [...] Junta quem luta, não importa a religião, partido ou time de futebol. (p. 50).

Os grupos de base na organização do MMC são organizados nas comunidades das próprias mulheres, que se organizam e desenvolvem atividades em seus municípios, e estes se juntam aos mais próximos e formam uma regional. Para o estudo no grupo de base são utilizadas cartilhas produzidas pelo próprio movimento, com assuntos que interessam ao movimento e que permeiam suas lutas e ideais.

De acordo com uma das cartilhas utilizadas pelo movimento “Educação Popular e Organização das Mulheres” (2010), para o MMC educar é despertar a verdade mais profunda que existe em cada uma, e fazer com que as mulheres sejam ainda mais capazes de desempenhar suas tarefas e funções na vida social como um todo. Nesse sentido, o movimento trabalha na perspectiva da educação popular para o processo de formação, organização e lutas do movimento.

Desta forma, o movimento se inspira nos pressupostos de educação popular de Paulo Freire, de acordo com Arroyo (2003):

Paulo Freire construiu sua reflexão e prática educativa, referida sempre aos movimentos de jovens, de trabalhadores e camponeses dos anos 60-70, aos movimentos culturais e de libertação dos povos da África e da América Latina. O mais importante na pedagogia da prática da liberdade e do oprimido não é que ela desvia o foco da atenção pedagógica deste para aquele método, mas dos objetos e métodos, dos conteúdos e das instituições para os sujeitos. Paulo não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos ou excluídos, mas nos reeduca na sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos e excluídos como sujeitos de educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizagem, em formação. (p. 34).

Portanto, o trabalho pedagógico dentro do movimento, leva em conta as vivências das mulheres e principalmente trabalhando com assuntos que tem profunda relevância social para as mesmas. Pois, na medida em que essas mulheres vão entendendo o meio social no qual estão inseridas, tem a possibilidade de pensar alternativas para a transformação da realidade.

Conforme Cinelli e Conte (2010)

A formação se dá, tanto de maneira individual, quanto coletiva, onde cada mulher é desafiada a elaborar e produzir conhecimentos, desenvolvendo alguma atividade teórica e prática. Parte-se de elaborações de textos e coordenação de atividades, como seminários, reuniões, oficinas em suas regionais, município e grupo de base e, no decorrer do tempo, percebe-se qualificação, ou seja, progresso na construção e sistematização de saberes. Esses saberes são socializados, problematizados e debatidos e, assim, constroem-se novos, em que as formadoras ou educadoras populares do MMC monitoram o trabalho, para que haja a construção do conhecimento coletivamente. (p. 05)

Percebemos assim, o grande papel da educação popular para a articulação do movimento, e além, disso os encontros dos grupos de base são momentos em acontece um processo de educação não formal, de troca de saberes entre as camponesas. Portanto, a experiência, a luta, e a história das mulheres camponesas organizadas no MMC, aliadas aos seus processos pedagógicos, tem muito a contribuir com os processo de ensino aprendizagem e práticas educativas vivenciados na universidade, tendo como referência a educação popular.

Conclusões provisórias

A partir desta reflexão teórica realizada com base em estudos já realizados sobre educação e movimentos sociais e educação no campo, percebemos cada a estreita relação entre movimentos e educação e ainda a grande contribuição que as pedagogias dos movimentos podem trazer para o ensino. Assim trago alguns pontos que precisam ser destacados:

- Os grupos de base desenvolvidos no Movimento das Mulheres Camponesas, além de levar o conhecimento até as mulheres militantes, pretende ser um processo que lhes permita serem sujeitos da própria história;
- A educação nos movimentos sociais é elemento fundamental para impulsionar a vontade dos sujeitos de lutar pelas transformações sociais;
- A educação do campo tem papel crucial no fortalecimento e permanência dos jovens no campo.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em Movimento:** o que temos a aprender com os movimentos sociais? Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan-jun 2003.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. . In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO Gaudêncio (Orgs.) . **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação**. Brasília: INCRA; MDA. 2008

_____. Elementos para construção do Projeto político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS; Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante na fronteira de uma nova escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. **Educação Popular no Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul**. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_e_](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_e_Movimentos_Sociais/Trabalho/07_36_27_Educacao_Popular_no_Movimento_de_Mulheres_Camponesas_do_Rio_Grande_do_Sul.PDF)

[Movimentos_Sociais/Trabalho/07_36_27_Educacao_Popular_no_Movimento_de_Mulheres_Camponesas_do_Rio_Grande_do_Sul.PDF](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_e_Movimentos_Sociais/Trabalho/07_36_27_Educacao_Popular_no_Movimento_de_Mulheres_Camponesas_do_Rio_Grande_do_Sul.PDF). Acesso em 25 de abril de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso: 01/06/2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. Movimentos Sociais e Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16. N. 47. Mai-ago. 2011.

MOVIMENTO. Direção: Marcelo Linière. Documentário. Produção: Imagine. Paris, 2008. Duração: 53 min. (DVD).

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). **Deliberações do MMC Brasil**. Brasília: MMC Brasil, 2004.

_____. **Documento político da campanha de produção de alimentos saudáveis**. Brasília: MMC Brasil, 2007

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia Laodete Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. **Aprendendo a andar com as próprias pernas: O processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense**. UNICAMP, 1995. (Dissertação de mestrado)

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...** Seus desafios e suas perspectivas. Colóquio – **Revista Científica da Faccat** – Vol. 6, Nº1-2, jan/dez 2008.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza. **O desafio de protagonizar questões de gênero: uma (re) leitura da criação do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina.** Florianópolis – SC: UFSC, Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 25 a 28 de agosto de 2008.

SILVA, Ranulfo Peloso da. A luta e organização popular. In: CEPIS. **Educação Popular: Roteiros e textos de apoio.** São Paulo: Cepis, 2009.